



Ministério da Educação – Brasil
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM
Minas Gerais – Brasil
Revista Vozes dos Vales: Publicações Acadêmicas
ISSN: 2238-6424
Nº. 28 – Ano XIII – 10/2025
<<https://revistas.ufvjm.edu.br/vozes>>
DOI: <<https://doi.org/10.70597/vozes.v13i28.1117>>

Avaliação de governos municipais - *accountability* vertical: número de prefeitos eleitos por partido e região.

Jheimisson Ferreira de Oliva

Engenheiro Civil pelo Centro Universitário de Brasília - UniCEUB/DF
Tecnólogo em Gestão Pública
Mestrando em Geografia
Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES
<<http://lattes.cnpq.br/2572334036079089>>
E-mail: jheimissonoliva@gmail.com

Luana Barbosa Durães

Engenheira Agrícola e Ambiental
Pedagoga
Mestranda em Geografia
Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES
<<http://lattes.cnpq.br/5615087770518561>>
E-mail: luanabarbosaduraes97@gmail.com

Rosângela Ferreira Souza Mota

Licenciatura em Geografia
Pedagogia pelo IFNMG
Pós graduação em gestão pública
Mestre em geografia
Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES
<<http://lattes.cnpq.br/4392776254546316>>
E-mail: rosangelamotafs@gmail.com

Carlos Alexandre de Bortolo

Doutor em Geografia
Docente da Universidade Estadual de Montes Claros
Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES
<<http://lattes.cnpq.br/8850551708095544>>
E-mail: carlos.bortolo@unimontes.br

Rahyan de Carvalho Alves

Doutor em Geografia

Docente da Universidade Estadual de Montes Claros
Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES<<http://lattes.cnpq.br/0593456424985792>>E-mail: rahyan.alves@unimontes.br

Resumo: Este estudo examina a dinâmica da accountability vertical no contexto da governança municipal brasileira, com foco na distribuição de prefeitos eleitos por partido e região nas eleições de 2020 e 2024. A accountability vertical, essencial à democracia, permite aos cidadãos controlar seus representantes por meio do voto, recompensando ou punindo líderes partidários conforme seu desempenho. Utilizando dados secundários do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a pesquisa identifica tendências regionais e variações geográficas nas preferências políticas, com impacto direto na administração local. Os resultados revelam mudanças relevantes no cenário político, como o crescimento de partidos como PSD e PL, e a perda de protagonismo de legendas tradicionais, como MDB e PSDB. A análise destaca a importância da transparência e da adaptação das estratégias eleitorais como elementos fundamentais para fortalecer a representatividade e a eficácia da gestão pública municipal. O estudo contribui para a compreensão da relação entre comportamento eleitoral, estrutura partidária e desempenho administrativo nos municípios brasileiros.

Palavras-chave: *Accountability* vertical. Eleições municipais. Partidos políticos. Governança municipal. Desempenho eleitoral regional.

1 Introdução

O conceito de accountability possui uma relação intrínseca com a democracia, sendo fundamental para garantir a transparência e eficiência na administração pública. Consagrado no artigo 37 da Constituição Federal, que estabelece os princípios básicos da Administração Pública como legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, o termo representa uma prática fundamental na gestão pública (Brasil, 2024).

De acordo com O'Donnell (1998), a prestação de contas é uma forma de fortalecer a transparência e promover a participação ativa dos cidadãos. Quando a população é devidamente informada, sua participação nas políticas públicas tende a ser mais efetiva. O autor também diferencia dois tipos de accountability: a vertical, que permite a atuação direta dos cidadãos através de mecanismos institucionais como o voto; e a horizontal, caracterizada pelo controle exercido internamente entre os poderes e pela própria burocracia. Enquanto a dimensão vertical enfatiza a relação entre eleitores e representantes, a accountability horizontal busca um equilíbrio institucional no exercício do poder.

Pinho e Sacramento (2009) destaca que, em sociedades onde o escrutínio popular é fortalecido,

a responsabilização ocorre por meio do voto e de ações coletivas. Contudo, no âmbito do sistema judiciário, a aplicação da accountability exige ajustes, considerando as relações de poder entre partes desiguais.

Essa dinâmica de responsabilização se reflete também nas práticas partidárias, onde, [Panebianco \(2005\)](#) aponta, os partidos, enquanto organizações competindo por poder, atuam no cenário democrático. Eles são instrumentos essenciais na execução da accountability vertical, pois são responsáveis por representar os cidadãos e possibilitar o controle do voto e da ação política. Ao estruturar suas campanhas e estratégias, os partidos garantem que os eleitos cumpram com os compromissos assumidos, assegurando a funcionalidade da democracia e a eficácia da governança pública, identificar a diferença e mudança de partidos por região baseada na necessidade de entender como as preferências políticas variam geograficamente e como essas variações impactam a governança local ([Panebianco, 2005](#)).

Apesar da relevância do conceito, ainda são limitados os estudos que relacionam a accountability com o comportamento eleitoral e a distribuição regional do poder político no Brasil. A literatura enfatiza os mecanismos de responsabilização vertical, especialmente o voto como instrumentos de controle social, mas pouco se sabe sobre como as variações regionais na composição partidária das prefeituras expressam esse processo de accountability.

Diante disso, este estudo parte da seguinte questão central:

De que forma as mudanças na composição partidária das prefeituras entre as eleições municipais de 2020 e 2024 expressam práticas de responsabilização democrática (accountability vertical) nas diferentes regiões do Brasil?

Para responder a essa questão, o estudo tem como objetivo geral analisar a distribuição regional dos prefeitos eleitos por partido nas eleições municipais de 2020 e 2024 no Brasil, identificando como as variações geográficas das preferências partidárias refletem os mecanismos de accountability vertical e a governança local.

Ao analisar o número de prefeitos eleitos por partido em diferentes regiões, é possível identificar tendências regionais, compreendendo quais partidos têm maior aceitação em determinadas áreas e como essas preferências mudam ao longo do tempo. Além disso, essa análise permite avaliar a influência partidária, medindo a força e a presença dos partidos políticos em nível municipal, o que pode refletir na capacidade de mobilização e na implementação de políticas públicas.

Os dados obtidos também são valiosos para informar estratégias políticas, fornecendo informações para que partidos políticos possam ajustar suas estratégias eleitorais e de campanha, visando aumentar sua representatividade em regiões específicas. Outro aspecto importante é a análise dos impactos na governança, observando como a distribuição partidária dos prefeitos eleitos influencia a administração municipal e a implementação de políticas públicas locais. Assim, essa análise contribui para a transparência e a accountability no processo eleitoral, permitindo que eleitores e analistas políticos acompanhem e avaliem o desempenho dos partidos em diferentes contextos regionais.

Assim, compreender a variação regional da força partidária no nível municipal é fundamental para avaliar a qualidade da democracia brasileira e os mecanismos de responsabilização política

no contexto local. Este estudo utiliza dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre as eleições municipais de 2020 e 2024, oferecendo uma análise sobre a relação entre desempenho partidário, preferências regionais e accountability democrática.

A análise da dinâmica política brasileira no nível municipal envolve a interação entre três variáveis essenciais: partidos políticos, eleitos e região. Os partidos políticos atuam como organizadores centrais da política local, com diferentes estratégias e desempenhos conforme sua estrutura e recursos. [Panebianco \(2005\)](#) destaca que partidos competem por votos e cargos, com suas organizações locais sendo fundamentais para a eleição de prefeitos e vereadores, especialmente em grandes partidos, como o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), Partido Social Democrático (PSD) e Partido Liberal (PL).

2 Revisão de literatura

O conceito de accountability ganhou centralidade no debate sobre a governança democrática a partir da década de 1990, sendo introduzido no Brasil por Ana Maria Campos e aprofundado por diversos autores, como [O'Donnell \(1998\)](#), [Pereira-Bresser e Spink \(2006\)](#), [Akutsu e Pinho \(2002\)](#) e [Ceneviva \(2006\)](#). Trata-se de um princípio que expressa o dever de representantes – eleitos ou não – de prestar contas de seus atos à sociedade, incorporando mecanismos de transparência, responsabilização e controle da administração pública.

[O'Donnell \(1998\)](#) propõe uma distinção fundamental entre dois tipos de accountability: vertical e horizontal. A accountability vertical refere-se à relação entre representantes e representados, com destaque para o processo eleitoral como principal mecanismo de controle cidadão. Já a accountability horizontal diz respeito ao controle exercido entre instituições estatais, por meio de agências dotadas de legitimidade e autoridade legal para fiscalizar, supervisionar e sancionar outras instâncias do poder público.

A accountability vertical encontra nas eleições seu ponto culminante, conforme destaca [Miguel \(2005\)](#), pois é nesse momento que a soberania popular se manifesta de forma direta. O voto permite aos cidadãos premiar ou punir seus representantes com base no desempenho percebido, funcionando como um instrumento de responsabilização política. Para [Przeworski \(2006\)](#), essa forma de controle ocorre quando os eleitores agem com a expectativa de que os governantes atuem em benefício do interesse coletivo ou, ao menos, pautem suas ações visando à reeleição.

Entretanto, como ressalta [O'donnell \(1999\)](#), as eleições não são suficientes para assegurar a plena legitimidade democrática. A accountability horizontal complementa esse processo, ao permitir o controle interno entre órgãos públicos, como ocorre nas relações entre os três poderes e no funcionamento de instituições fiscalizadoras, a exemplo dos Tribunais de Contas. [Robl Filho \(2013\)](#) observa que, em Estados democráticos de direito, os agentes estatais se limitam mutuamente, promovendo um modelo de governo equilibrado e responsável.

[Pinho e Sacramento \(2009\)](#) enfatizam que, em democracias consolidadas, o fortalecimento do escrutínio popular é fundamental para a eficácia da accountability. No contexto brasileiro, a accountability vertical adquire especial relevância na medida em que os cidadãos, por meio

do voto, podem cobrar o cumprimento de compromissos assumidos por partidos e candidatos, influenciando a configuração do sistema partidário e o comportamento eleitoral em diferentes níveis de governo.

Nesse sentido, a distinção entre accountability vertical e horizontal, amplamente reconhecida na literatura, oferece um referencial analítico valioso para compreender os mecanismos de controle e responsabilização democrática. Enquanto a primeira se ancora na relação direta entre sociedade e representantes, mediada pelo voto e outras formas de participação política, a segunda estrutura-se no funcionamento institucional do Estado, por meio de órgãos de controle interno e externo. Ambas desempenham papéis complementares na promoção da legitimidade, eficiência e transparência da gestão pública, sendo fundamentais para o fortalecimento da democracia.

No contexto das eleições municipais, a accountability vertical assume papel central, uma vez que o eleitorado exerce diretamente o poder de premiar ou punir os gestores públicos com base em sua avaliação do desempenho administrativo. Essa dinâmica, no entanto, não ocorre de forma homogênea em todo o território nacional. Fatores como a capacidade de mobilização política, o acesso a recursos financeiros e as especificidades regionais moldam significativamente os resultados eleitorais.

Segundo Nascimento (2020) destacam que a estrutura partidária local influencia diretamente o desempenho eleitoral dos partidos, efeito este condicionado tanto pelo porte dos municípios quanto pelas características das campanhas eleitorais. Assim, a força de determinadas legendas em regiões específicas não pode ser compreendida isoladamente, mas sim em articulação com essas variáveis contextuais. Em regiões como o Sudeste e o Nordeste, por exemplo, verifica-se a prevalência de partidos tradicionais, como o MDB, cuja presença robusta no cenário municipal se manifesta no número expressivo de prefeituras conquistadas. Esse desempenho evidencia a importância da adaptação das estratégias partidárias às realidades locais, reafirmando o papel da accountability vertical como mecanismo dinâmico e territorialmente condicionado.

O sistema partidário brasileiro, por sua vez, apresenta características distintas em comparação com os sistemas europeus, especialmente no que diz respeito à sua fragmentação e à falta de continuidade organizacional. Segundo Melo (2007), os partidos no Brasil tendem a se reorganizar de acordo com as mudanças de regime político, o que dificulta a consolidação de identidades partidárias duradouras. Embora a democracia brasileira seja considerada institucionalmente estável, seu sistema partidário ainda enfrenta desafios, como o personalismo e a volatilidade eleitoral, em grande parte incentivados pelas regras eleitorais (Kinzo, 2001). Esses fatores comprometem tanto a clareza do sistema para o eleitorado quanto a eficácia dos mecanismos de responsabilização política.

Um sistema partidário estruturado tem potencial para aprimorar a qualidade da democracia, especialmente ao desestimular o comportamento individualista dos parlamentares e elevar os custos políticos de migrações partidárias. Como argumenta Downs (1999), a organização partidária coesa oferece vantagens cognitivas aos eleitores, facilitando a distinção entre alternativas políticas e contribuindo para a eficácia da accountability vertical.

No entanto, como destaca Rennó (2006), o elevado número de partidos e candidatos no cenário

brasileiro dificulta a clareza do processo decisório para os eleitores. A abundância de opções pode gerar confusão, dificultando a responsabilização dos representantes. Em contextos de instabilidade e mudanças frequentes nas opções partidárias, a ausência de referências cognitivas sólidas compromete a capacidade do eleitor de realizar escolhas informadas, limitando, assim, a eficácia da accountability vertical.

A fragmentação e o personalismo do sistema partidário brasileiro, como apontado por [Samuels \(2008\)](#), prejudicam a consolidação de vínculos duradouros entre eleitores e partidos, afetando diretamente a relação de representação — elemento central da accountability. Nesse contexto, ainda que o voto permaneça como principal mecanismo de controle democrático, sua efetividade depende da clareza do sistema partidário e da capacidade dos cidadãos de avaliar o desempenho de seus representantes.

Estudos sobre comportamento eleitoral no Brasil apontaram historicamente para um eleitorado apático, influenciado por lideranças locais, em razão da ausência de vínculos ideológicos ou programáticos consistentes ([Reis, 2009](#)). Essa despolitização, associada à fragmentação partidária, limita o exercício pleno da accountability vertical, dificultando a responsabilização efetiva dos representantes políticos por parte da sociedade.

No entanto, como ressalta o próprio [Reis \(2009\)](#), esse cenário não é imutável. A sofisticação política do eleitorado tende a se ampliar com o aumento do acesso à educação, a melhoria das condições socioeconômicas e uma maior integração aos centros urbanos. Esses fatores contribuem para o fortalecimento da consciência de classe e da participação cívica, elementos fundamentais para consolidar os laços entre cidadãos e partidos, e, assim, potencializar a responsabilização democrática.

Essa ampliação da capacidade cidadã de exercer controle político se articula diretamente com a forma como a gestão pública se organiza no nível local. A governança municipal exerce papel fundamental na promoção da transparência, da eficiência e da participação social na administração pública. Segundo [Abrucio \(2006\)](#), a adoção de modelos gerenciais na esfera municipal não apenas impôs novos desafios aos gestores, como também abriu oportunidades para o fortalecimento da accountability e da responsividade. Nesse contexto, a descentralização emerge como um instrumento indispensável para aproximar o poder público da população, permitindo que decisões administrativas sejam mais legítimas, eficazes e alinhadas às demandas locais. Assim, a qualidade da democracia no âmbito municipal depende tanto do engajamento informado da sociedade quanto da capacidade institucional de responder às suas demandas com eficiência e legitimidade.

[Pereira-Bresser e Spink \(2006\)](#) reforçam a importância da reforma do Estado e da descentralização como pilares de uma governança democrática eficaz. Esses autores argumentam que a autonomia local, aliada à participação social, é indispensável para que os municípios respondam adequadamente às demandas da sociedade. [Grin \(2016\)](#) complementa essa visão ao destacar que a descentralização não se limita à transferência de competências, mas envolve a construção de relações de confiança entre os diversos atores sociais, exigindo um ambiente institucional que favoreça o diálogo e a cooperação.

O uso de indicadores de desempenho tem se mostrado uma ferramenta estratégica para avaliar

a qualidade da governança municipal. De acordo com [Buta e Teixeira \(2020\)](#), esses instrumentos permitem mapear os pontos fortes e as fragilidades da gestão pública local, incentivando a adoção de boas práticas administrativas. Para [Bilério \(2022\)](#), a governança local democrática vai além da prestação de serviços: trata-se de um modelo baseado na transparência, na inclusão e na responsabilização, que garante à população meios de participação ativa no processo decisório.

A accountability na esfera municipal é, portanto, indissociável da capacidade institucional de assegurar transparência e justiça no processo eleitoral. A confiança nas eleições depende, entre outros fatores, da clareza das regras, da fiscalização das campanhas e da integridade dos mecanismos de votação. Nesse sentido, [Carvalho Neto \(2016\)](#) argumenta que a Justiça Eleitoral brasileira exerce um papel determinante ao implementar medidas que promovam acessibilidade à informação e segurança no processo eleitoral.

A legislação brasileira estabelece a prestação de contas como um dos principais instrumentos de transparência, exigindo que candidatos e partidos declarem receitas e despesas de campanha de forma precisa. Nesse sentido, a omissão de informações ou irregularidades nos extratos bancários pode levar à desaprovação das contas, reforçando a função fiscalizatória do processo ([Brasil, 2024](#)).

Ademais, o uso de tecnologias, como o sistema de votação eletrônica e as auditorias públicas, tem contribuído para reforçar a confiança da população na lisura das eleições. Como destaca [Carvalho Neto \(2016\)](#), os testes de segurança e as auditorias públicas promovem a credibilidade do processo, necessária para garantir igualdade de condições entre os candidatos e fortalecer os fundamentos da democracia.

3 Metodologia

Este estudo utilizou dados secundários disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com foco no número de prefeitos eleitos por partido político nas eleições municipais de 2020 e 2024, considerando a distribuição por regiões geográficas do Brasil. Os dados foram coletados diretamente da plataforma oficial do TSE, acessível no endereço eletrônico <https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sig-eleicao/home>, entre os meses de setembro e outubro de 2024.

A escolha por dados secundários justifica-se pela abrangência, confiabilidade e facilidade de acesso às informações oficiais consolidadas sobre os resultados eleitorais. Por se tratar de dados públicos, de domínio institucional e livre acesso, a utilização dessas informações garante a transparência do processo metodológico e dispensa a necessidade de coleta direta de informações junto a respondentes.

O recorte temporal compreende as eleições municipais de 2020 e 2024, o que possibilita observar a evolução do comportamento político-eleitoral ao longo de dois ciclos consecutivos. O recorte espacial abrange todas as regiões do país, permitindo a identificação de diferenças estruturais e contextuais que influenciam o desempenho dos partidos e refletem distintas configurações de accountability vertical.

Após a coleta, os dados referentes aos dois pleitos foram organizados em planilhas do Microsoft

Excel, possibilitando o tratamento sistemático e a análise comparativa entre os anos de 2020 e 2024. Foram elaboradas tabelas para cada região do país (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul), discriminando o número de prefeitos eleitos por partido político em cada eleição. A partir dessas tabelas, foram construídos gráficos de barras comparativos, permitindo visualizar as tendências de crescimento, estabilidade ou redução da representatividade partidária no período analisado.

Os dados foram submetidos a procedimentos de tratamento e padronização, incluindo a eliminação de registros duplicados, a correção de inconsistências e a consolidação das legendas que passaram por fusões ou incorporações. Um exemplo é a união entre o Democratas (DEM) e o Partido Social Liberal (PSL), que originou o União Brasil; nesse caso, os resultados foram ajustados para permitir uma comparação adequada entre os dois períodos.

Em seguida, foram elaborados tabelas e gráficos com a distribuição dos prefeitos eleitos por partido e por região, de modo a evidenciar o crescimento, a estabilidade ou o declínio das legendas partidárias em cada contexto regional. Essa etapa permitiu identificar padrões de reconfiguração política e variações regionais na correlação de forças entre os partidos.

A análise dos dados seguiu uma abordagem estatística descritiva, orientada pela identificação de padrões e tendências na representatividade partidária municipal. Foram calculadas as variações absolutas e percentuais no número de prefeitos eleitos por partido entre as eleições de 2020 e 2024, bem como as diferenças regionais na força e na presença das principais legendas. A interpretação dos resultados fundamentou-se nas contribuições teóricas de [O'Donnell \(1998\)](#), [Panebianco \(2005\)](#) e [Pinho e Sacramento \(2009\)](#), que discutem a accountability vertical e o papel dos partidos como instrumentos de representação e responsabilização política.

A metodologia proposta possibilitou relacionar os dados empíricos às hipóteses do estudo, examinando se as transformações observadas na composição partidária das prefeituras expressam mudanças nos mecanismos de responsabilização democrática e na dinâmica da governança local. Reconhece-se, contudo, que a pesquisa apresenta limitações, especialmente por se basear em dados secundários de natureza quantitativa, sem considerar aspectos qualitativos, como alianças regionais, perfis dos candidatos ou contextos políticos locais. Ainda assim, a análise empreendida oferece uma visão abrangente e consistente sobre a distribuição do poder político municipal e seus reflexos na accountability e na qualidade da democracia brasileira.

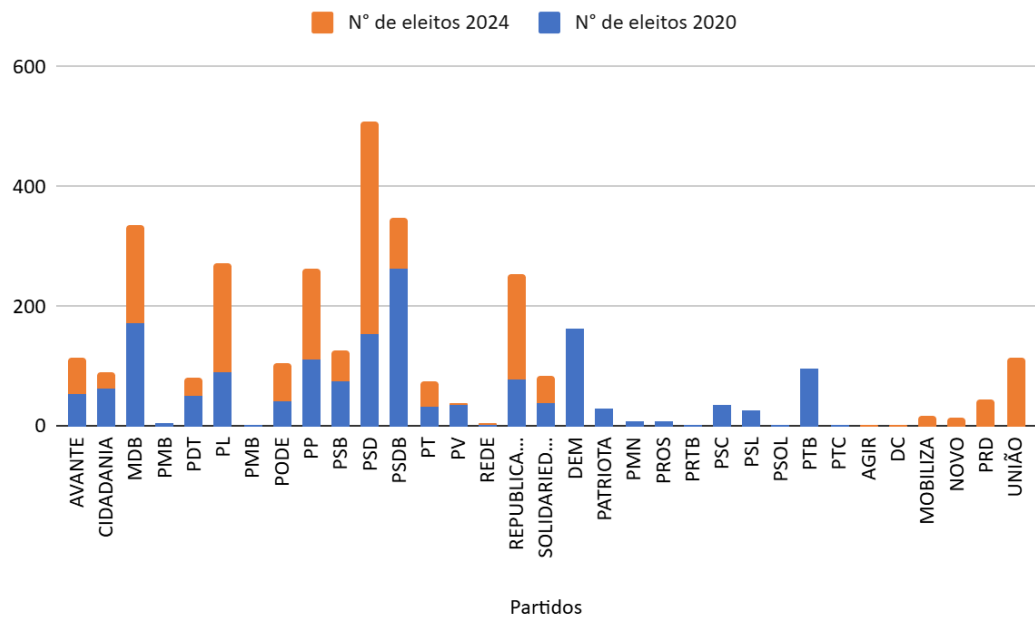
4 Resultados

No contexto brasileiro, a distribuição de prefeitos eleitos por partido e região reflete a dinâmica da accountability vertical. A análise geral dos dados eleitorais de 2024 nas cinco regiões do Brasil revela uma mudança significativa no cenário político. Partidos como PSD e PL apresentaram grande crescimento, enquanto partidos tradicionais como MDB e PSDB registraram perdas. A ascensão de novos partidos e fusões, como o União Brasil, também impactaram as dinâmicas regionais. O Republicanos e o PSD se destacam como protagonistas, refletindo uma crescente competitividade entre as siglas, enquanto algumas legendas, como PT e PDT, mostram declínio, possivelmente

devido à insatisfação com a gestão local. Essas mudanças refletem a accountability vertical, onde o eleitor utiliza seu poder de voto para premiar ou punir líderes partidários, expressando sua confiança ou insatisfação com as administrações anteriores. O fenômeno também sugere uma tendência de mudança nas preferências políticas e a importância da adaptação das estratégias eleitorais por parte dos partidos. A distribuição regional desses prefeitos também revela variações significativas:

Sudeste: Nas eleições municipais de 2020, vários partidos alcançaram um número significativo de prefeitos eleitos, com destaque para o MDB e o PSD. Já em 2024, é possível observar algumas mudanças importantes, com o crescimento de alguns partidos e a queda de outros.

Gráfico 1 – Cenário eleitoral municipal dos prefeitos eleitos - Sudeste.



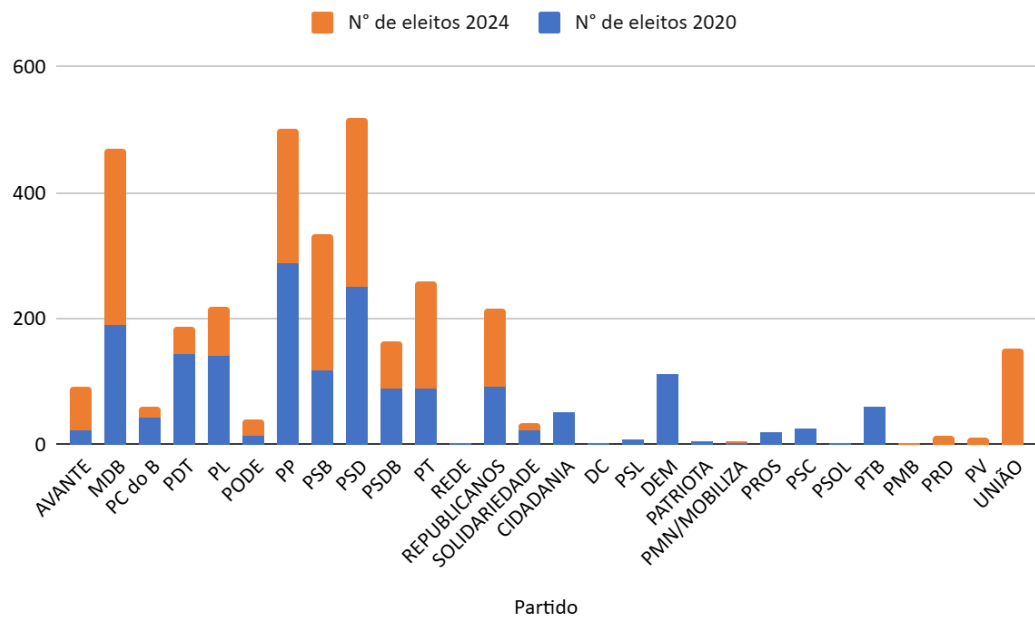
Fonte: Elaboração própria, 2024

O União Brasil, resultado da fusão entre Democratas (DEM) e PSL, apresentou desempenho abaixo do esperado nas eleições de 2024. Enquanto os dois partidos juntos elegeram 189 prefeitos em 2020, o União Brasil conquistou apenas 115, representando uma perda significativa. Em contraste, o (PL) e o Partido Social Democrático (PSD) registraram crescimento expressivo, passando de 89 para 184 prefeitos e de 154 para 354 prefeitos, respectivamente. Por outro lado, partidos tradicionais como PSDB e Cidadania enfrentaram quedas acentuadas, com o PSDB reduzindo sua representatividade de 263 para 84 prefeitos e o Cidadania de 63 para 26. O Republicanos também se destacou, aumentando de 78 para 175 prefeitos eleitos. Mudanças como fusões e incorporações, incluindo o Pros ao Solidariedade e o PHS ao Podemos, influenciaram o cenário político, refletindo a dinâmica de adaptação partidária e a redistribuição de forças no nível municipal.

Nordeste: Os eleitos nos partidos para as eleições municipais de 2020 e 2024 na região Nordeste do Brasil revelam várias tendências e mudanças importantes. Embora o levantamento fornecido não se refira especificamente aos resultados por região, podemos destacar algumas

considerações a partir dos números gerais, considerando a história política da região, a estrutura partidária e as mudanças eleitorais entre as duas eleições.

Gráfico 2 – Cenário eleitoral municipal dos prefeitos eleitos - Nordeste



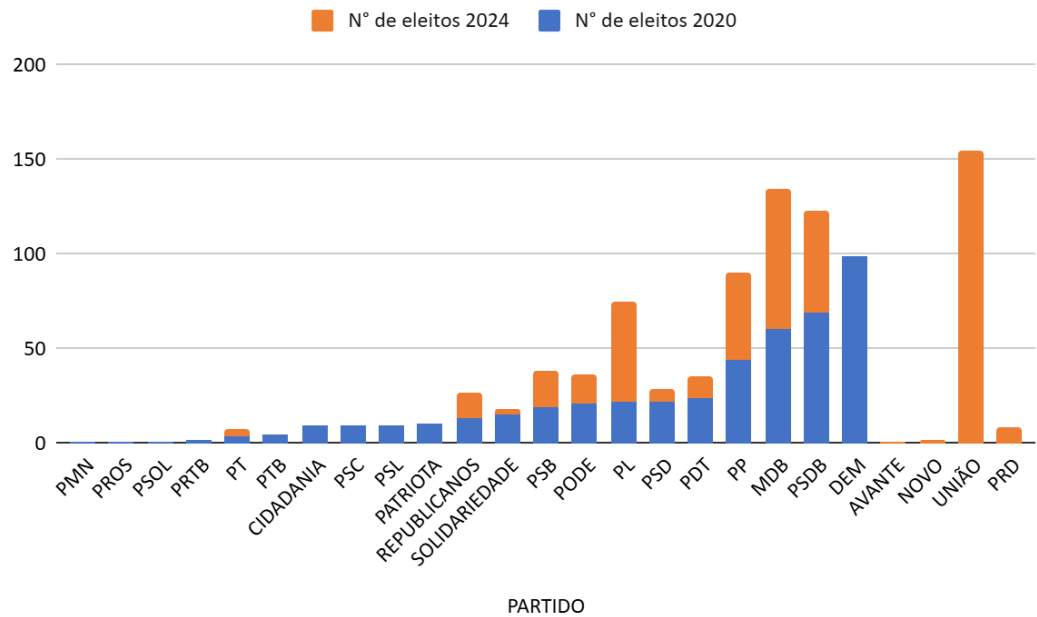
Fonte: Elaboração própria, 2024

No Nordeste, o cenário político nas eleições municipais de 2024 revelou mudanças significativas entre os partidos. O MDB consolidou sua força na região, aumentando de 191 prefeitos em 2020 para 280 em 2024, enquanto o PL sofreu uma redução expressiva, passando de 141 para 78 prefeitos. O PT demonstrou recuperação, ampliando sua base de 90 para 169 prefeitos, reafirmando sua tradição na região. Em contraste, o PC do B enfrentou uma queda drástica, de 42 para 18 prefeitos, e o PDT, historicamente forte no Nordeste, reduziu sua representatividade de 144 para 43 prefeitos.

Por outro lado, o PSB registrou crescimento significativo, de 119 para 214 prefeitos, e o PSD manteve sua expansão, passando de 249 para 271 prefeitos, consolidando-se como uma força política relevante. O Republicanos também ampliou sua presença, de 93 para 124 prefeitos. Já o União Brasil, fruto da fusão entre DEM e PSL, elegeu 151 prefeitos, consolidando parte de sua base, embora o DEM tenha sido uma força expressiva em 2020 com 111 prefeitos. Essas mudanças refletem a dinâmica das preferências políticas locais e a adaptação dos partidos às demandas regionais.

Centro-Oeste: A região experimentou mudanças significativas nas eleições municipais de 2024. O grande vencedor foi o União, fruto da fusão do DEM e do PSL, que consolidou uma base ampla na região. Outros partidos como PL e Republicanos também tiveram crescimento, enquanto partidos tradicionais como o PDT, Solidariedade, PSD e PT enfrentam perdas expressivas. A fusão de partidos e a redefinição de alianças políticas parecem ter reconfigurado o cenário partidário na região, refletindo um panorama de fortalecimento de grandes legendas e enfraquecimento de partidos menores.

Gráfico 3 – Cenário eleitoral municipal dos prefeitos eleitos - Centro-Oeste



Fonte: Elaboração própria, 2024

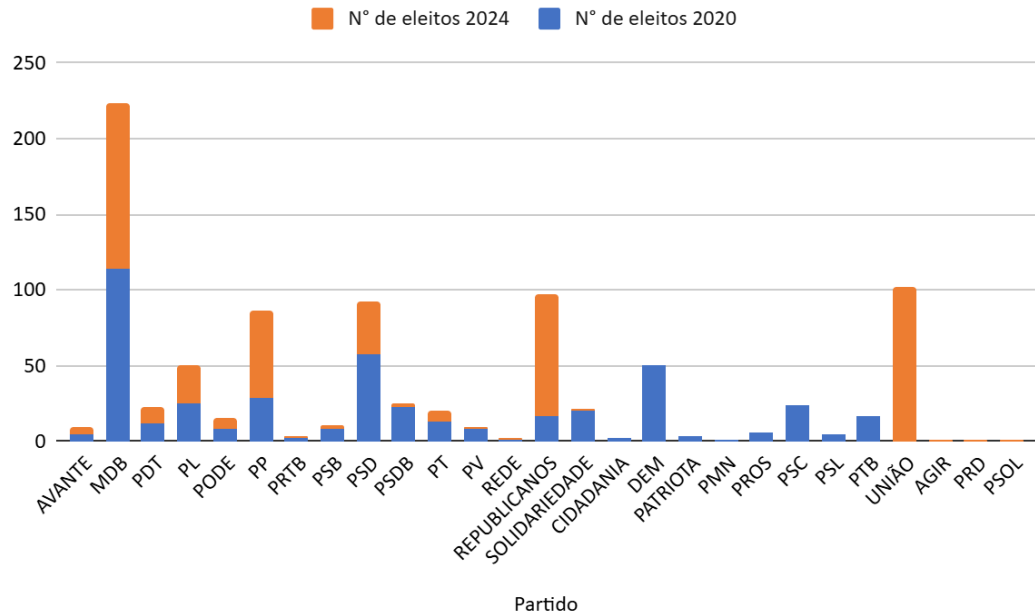
O União Brasil destacou-se como um dos grandes vencedores no Centro-Oeste em 2024, elegendo 155 prefeitos, um crescimento expressivo em relação aos 99 prefeitos do DEM em 2020. Esse desempenho reflete a consolidação da fusão entre DEM e PSL, ampliando significativamente sua base política. O PL também apresentou crescimento notável, passando de 22 para 53 prefeitos, especialmente em estados como Goiás e Mato Grosso, onde sua influência tem se fortalecido.

O Republicanos registrou uma leve expansão, de 13 para 14 prefeitos, consolidando sua presença em municípios de médio porte. Já os Progressistas (PP) mantiveram sua força, com um aumento modesto de 44 para 46 prefeitos, permanecendo como uma das principais legendas na região, especialmente em Mato Grosso do Sul e Goiás.

Por outro lado, partidos como PSB, PSC, Cidadania, PDT e Solidariedade enfrentaram quedas significativas. O PT, que havia eleito 4 prefeitos em 2020, reduziu sua representação para 3 em 2024, indicando estagnação na região. Partidos menores, como PMN, PROS, PSOL, PRTB, PTB, PATRIOTA e AVANTE, não conseguiram eleger prefeitos em 2024, refletindo uma perda de relevância no cenário político regional. Essas mudanças evidenciam a dinâmica de adaptação e redistribuição de forças entre os partidos.

Norte: o grande destaque é o crescimento do União, refletindo a fusão de dois partidos importantes como o PSL e o DEM, que dominaram a região. O Republicanos também teve um crescimento substancial, enquanto outros partidos como o PSD, PSDB e Solidariedade enfrentaram quedas significativas. A diminuição do PSB e o enfraquecimento de partidos menores, como o PDT e o PT, também indicam uma reconfiguração do cenário político na região. A fusão de partidos e o fortalecimento de legendas de direita, como o União e o Republicanos, parecem ter dominado o cenário eleitoral na região Norte em 2024.

Gráfico 4 – Cenário eleitoral municipal dos prefeitos eleitos - Norte



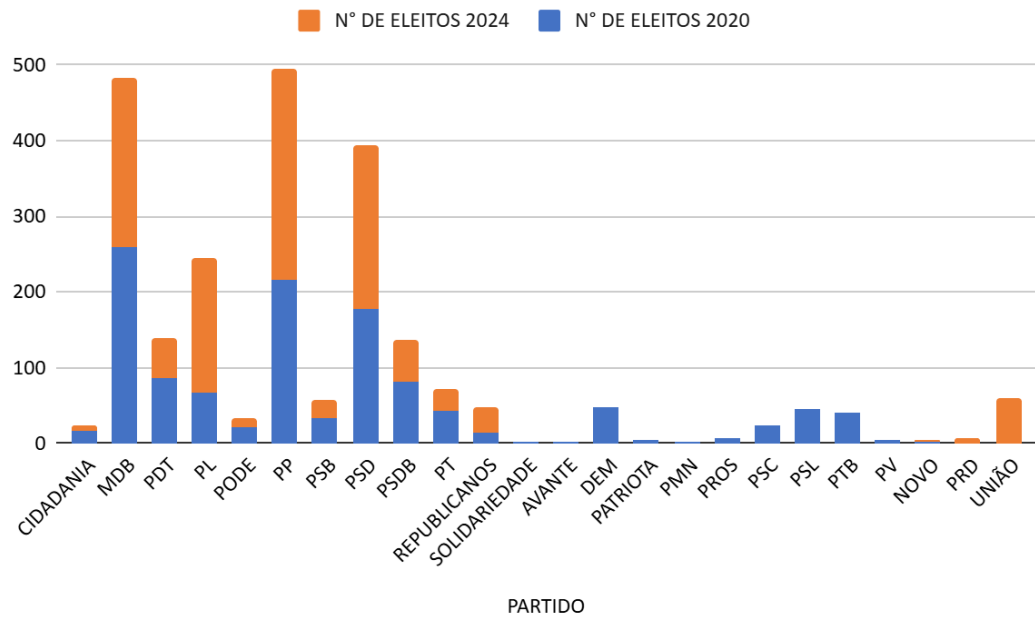
Fonte: Elaboração própria, 2024

O União Brasil, fruto da fusão entre PSL e DEM, apresentou um crescimento significativo nas eleições de 2024, elegendo 102 prefeitos na região Norte, consolidando sua base política, especialmente em estados onde o DEM já tinha forte presença. O Republicanos também registrou expansão expressiva, passando de 16 para 81 prefeitos, refletindo sua crescente influência na região. O PP teve um aumento relevante, de 28 para 58 prefeitos, ampliando sua atuação em estados como Acre e Pará.

Por outro lado, o PL manteve estabilidade, com 25 prefeitos eleitos em 2020 e 2024, enquanto MDB e PDT também conservaram suas bases sem grandes alterações. Em contraste, o PSD sofreu uma queda significativa, de 57 para 35 prefeitos, possivelmente impactado pelo crescimento de partidos como União Brasil e Republicanos. O PSDB enfrentou uma redução drástica, de 22 para apenas 3 prefeitos, assim como o Solidariedade, que passou de 20 para 1 prefeito, indicando um enfraquecimento na região. O PSB também registrou diminuição, de 8 para 2 prefeitos, refletindo desafios na manutenção de sua representatividade no Norte. Essas mudanças ilustram a dinâmica de redistribuição de forças políticas na região.

Sul: o cenário político nas eleições municipais de 2024 mostrou uma tendência de crescimento de partidos como PL, PP e PSD refletindo uma reconfiguração das preferências eleitorais, com maior apoio a partidos de centro-direita. A queda de partidos tradicionais como o MDB, PSDB e PT reflete mudanças na dinâmica política da região.

Gráfico 5 – Cenário eleitoral municipal dos prefeitos eleitos - Sul



Fonte: Elaboração própria, 2024

O PL apresentou um crescimento expressivo na região Sul, passando de 66 prefeitos eleitos em 2020 para 179 em 2024, mais que dobrando sua representatividade, especialmente no Paraná e Santa Catarina, onde sua base política se fortaleceu. O PP também consolidou sua posição, aumentando de 217 para 278 prefeitos, com destaque no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Já o União Brasil, fruto da fusão entre PSL e DEM, elegeu 60 prefeitos em 2024, um desempenho inferior ao esperado, refletindo uma queda em relação a 2020. O PSD manteve sua força, subindo de 177 para 217 prefeitos.

Por outro lado, o MDB sofreu uma redução, passando de 258 prefeitos em 2020 para 225 em 2024, embora ainda seja uma das maiores forças políticas da região. O PT também registrou queda, de 42 para 30 prefeitos, assim como o PSB e o PSDB, que enfrentaram perdas significativas. Esses resultados ilustram a manifestação da accountability vertical, com os eleitores exercendo seu poder de escolha para recompensar ou punir partidos e candidatos, moldando a composição política das prefeituras. A variação no número de prefeitos eleitos reflete as preferências regionais e a capacidade dos partidos de mobilizar eleitores e candidatos.

5 Discussão

A análise dos dados referentes às eleições municipais de 2020 e 2024 evidencia transformações significativas no cenário político-partidário brasileiro, especialmente no que tange à distribuição regional dos prefeitos eleitos. Com base em dados disponibilizados pelo TSE, organizados em planilhas e gráficos comparativos, observou-se uma reconfiguração no protagonismo de determinadas legendas, refletindo tendências de realinhamento político no nível local. Esse processo pode ser interpretado à luz da noção de accountability vertical, em que os eleitores, por

meio do voto, exercem controle sobre seus representantes, recompensando ou punindo partidos políticos conforme o desempenho percebido (Pereira; Rennó; Samuels, 2011).

Em 2020, partidos tradicionais como o MDB e o PSDB mantinham expressiva presença entre os prefeitos eleitos, especialmente nas regiões Sudeste e Sul. Contudo, os resultados de 2024 revelaram um declínio significativo dessas legendas, tanto em termos absolutos quanto proporcionais. O MDB, por exemplo, perdeu mais de 15% das prefeituras em relação ao pleito anterior, enquanto o PSDB apresentou retrações em todas as regiões, com destaque para o Sudeste. Essa queda pode indicar um desgaste de estruturas partidárias tradicionais, conforme já advertia Panebianco (2005) ao tratar da perda de enraizamento de partidos frente à volatilidade eleitoral.

Em contrapartida, partidos como o PSD e o PL registraram avanços substanciais. O PSD, em processo de consolidação desde pleitos anteriores, ampliou sua presença nas regiões Nordeste e Centro-Oeste. Já o PL apresentou crescimento notável, impulsionado por figuras de projeção nacional e por uma base de apoio ideologicamente alinhada à centro-direita. Em termos percentuais, foi a legenda que mais cresceu entre 2020 e 2024, sobretudo nas regiões Norte e Sul. Esses movimentos refletem o que Downs (1999) definiu como comportamento racional dos eleitores, que buscam maximizar benefícios ao escolher candidatos e partidos com maior identificação com suas preferências e expectativas.

Outro elemento relevante diz respeito às mudanças na estrutura do sistema partidário, notadamente com a formação do União Brasil, resultado da fusão entre DEM e PSL. Embora a nova legenda ainda não tenha alcançado desempenho expressivo em número de prefeituras, a fusão representa uma tentativa estratégica de reposicionamento no espectro político, coerente com os rearranjos institucionais observados em democracias delegativas (O'donnell, 2009).

Tais resultados evidenciam a centralidade da política municipal como arena decisiva para a disputa entre forças partidárias, reforçando a perspectiva de que a accountability democrática, especialmente em sua dimensão vertical, depende não apenas da atuação estatal, mas também da responsividade partidária e da clareza das escolhas eleitorais (Miguel, 2005; Akutsu; Pinho, 2002). O comportamento do eleitorado, nesse sentido, revela variações regionais que exigem estratégias adaptadas aos contextos locais, mostrando a vitalidade do espaço municipal como plataforma para disputas políticas mais amplas.

Ademais, ao projetar os dados de 2024 sobre o cenário político nacional, observa-se uma tendência de fortalecimento de legendas como PL, PSD, Republicanos e União Brasil — todas com inclinações à centro-direita — nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Esse fortalecimento pode se traduzir em maior capilaridade para as eleições estaduais e federais de 2026, indicando uma possível reconfiguração das alianças e correlações de forças no âmbito nacional. Por outro lado, o declínio de partidos como PSDB, MDB e PDT aponta para o enfraquecimento de agremiações historicamente relevantes, abrindo espaço para novas coalizões e realinhamentos ideológicos.

Ainda que não se deva negligenciar a recuperação do PT em regiões como o Nordeste, o conjunto das tendências observadas sinaliza para a intensificação da polarização política nos próximos ciclos eleitorais. Desse modo, os dados não apenas permitem uma leitura retrospectiva

da accountability vertical no Brasil, como também oferecem elementos analíticos para antever transformações no padrão da competição política nacional.

6 Conclusão

Com base na análise das transformações observadas nas eleições municipais de 2024, percebe-se um cenário de transição e reconfiguração das forças políticas nos municípios brasileiros. A partir das contribuições teóricas de [Panebianco \(2005\)](#), torna-se evidente que os partidos políticos não permanecem estáticos, mas evoluem em resposta às mudanças no sistema político e às novas demandas da sociedade. Essa evolução ocorre tanto no plano organizacional quanto nas estratégias eleitorais, o que inclui a redefinição de alianças regionais, a renovação de quadros e a busca por maior sintonia com os anseios do eleitorado.

As eleições de 2024 revelaram um ambiente político mais competitivo e dinâmico, marcado pela ascensão de partidos como o PSD e o PL, ao mesmo tempo em que legendas tradicionais, como MDB e PSDB, enfrentaram retrações significativas. Esse processo reflete a necessidade dos partidos de se reposicionarem frente a um eleitor cada vez mais exigente, informado e atento ao desempenho dos gestores públicos. A accountability vertical, nesse contexto, ganha força como mecanismo de controle democrático, pois o voto passa a ser utilizado como ferramenta de premiação ou punição, de acordo com a percepção que a população tem da atuação dos prefeitos e das legendas que os sustentam.

Ao mesmo tempo, observa-se uma renovação nas estruturas partidárias, com maior flexibilidade nas articulações políticas e uma redefinição das formas de exercício do poder local. Essa reorganização também está ligada a fatores estruturais, como a descentralização administrativa e a ampliação do acesso à informação, que aproximam o cidadão da política municipal e ampliam sua capacidade de cobrança e participação.

Dessa forma, os resultados de 2024 indicam um momento de transição política e de redefinição das bases da governança municipal, com implicações diretas sobre a representatividade, a eficiência administrativa e a responsividade das gestões públicas.

O estudo apresenta limitações, especialmente por se apoiar em dados secundários e por adotar uma abordagem predominantemente quantitativa, sem considerar variáveis qualitativas, como alianças locais, perfis dos candidatos e fatores socioeconômicos. Ademais, o recorte temporal restrito às eleições de 2020 e 2024 limita a possibilidade de identificar tendências de longo prazo na evolução do sistema partidário.

Para pesquisas futuras, recomenda-se a ampliação do período analisado, a incorporação de métodos qualitativos e o aprofundamento das comparações entre municípios de diferentes contextos regionais e socioeconômicos. Essas abordagens poderão contribuir para uma compreensão mais abrangente dos mecanismos de accountability e dos impactos das dinâmicas partidárias sobre a governança local e a consolidação da democracia no Brasil.

Referências

- ABRUCIO, Fernando Luiz. **O impacto do modelo gerencial na administração pública: um breve estudo sobre a experiência internacional recente**. Brasília: Escola Nacional de Administração Pública, 2006. (Cadernos ENAP, 10). Edição revista.
- AKUTSU, Luiz; PINHO, José Antonio Gomes de. Sociedade da informação, accountability e democracia delegativa: investigação em portais de governo no Brasil. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 36, n. 5, p. 723–745, 2002.
- BILÉRIO, Bernardino Essau. 35. o exercício da accountability democrática no contexto da governação local em moçambique: The exercise of democratic accountability in the context of local governance in mozambique. **NJINGA e SEPÉ: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras (ISSN: 2764-1244)**, v. 2, n. Especial I, p. 605–622, 2022.
- BRASIL. **Resolução nº 23.735, de 27 de fevereiro de 2024**: Dispõe sobre os ilícitos eleitorais. fev. 2024. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Acesso em: 04 nov. 2025. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/legislacao/compilada/res/2024/resolucao-no-23-735-de-27-de-fevereiro-de-2024>>.
- BUTA, Bernardo Oliveira; TEIXEIRA, Marco Antonio Carvalho. Governança pública em três dimensões: conceitual, mensural e democrática. **Organizações E Sociedade**, v. 27, n. 93, p. 370–395, 2020.
- CARVALHO NETO, Tarcísio Vieira de. Transparência do processo eleitoral brasileiro. **Estudos Eleitorais**, Brasília, v. 11, n. 2, p. 11–27, 2016.
- CENEVIVA, Ricardo. Accountability: novos fatos e novos argumentos – uma revisão da literatura recente. In: **Anais do XXX Encontro da ANPAD**. Salvador: ANPAD, 2006.
- DOWNS, Anthony. **Uma teoria econômica da democracia**. São Paulo: Edusp, 1999.
- GRIN, Eduardo José. Governança local e democracia: desafios na implementação de políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p. 219–234, 2016.
- KINZO, Maria D’Alva Gil. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. **São Paulo Perspectiva**, v. 15, n. 4, p. 3–12, 2001.
- MELO, Carlos Ranulfo. A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21. In: MELO, Carlos Ranulfo; SÁEZ, Manuel Alcántara (Ed.). **A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- MIGUEL, Luís Felipe. Impasses da accountability: dilemas e alternativas da representação política. **Revista de Sociologia e Política**, n. 25, p. 25–38, 2005.
- NASCIMENTO, Willber da Silva. **Organização partidária e desempenho eleitoral nas eleições municipais**. 2020. Tese (Doutorado em Ciência Política) — Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Disponível em: <<https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/39332>>.
- O’DONNELL, Guillermo. Accountability horizontal e novas poliarquias. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 44, p. 27–54, 1998.

O'DONNELL, Guillermo. Horizontal accountability in new democracies. In: SCHEDLER, Andreas; DIAMOND, Larry; PLATTNER, Marc F. (Ed.). **The self-restraining state: power and accountability in new democracies**. London: Lynne Rienner Publishers, 1999. p. 29–51.

O'DONNELL, Guillermo. Democracia delegativa. **Journal of Democracy en Español**, Instituto de Ciencia Política, Pontificia Universidad Católica de Chile, v. 1, p. 7–23, 2009.

PANEBIANCO, Angelo. **Organizações políticas: estrutura e funcionamento dos partidos políticos no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

PEREIRA-BRESSER, Luiz Carlos Pereira; SPINK, Peter. **Reforma do Estado e administração pública gerencia**. 7. ed. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Getúlio Varga, 2006. 314 p.

PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lucio Remuzat; SAMUELS, David. Accountability vertical e comportamento eleitoral: como eleitores recompensam ou punem representantes. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, v. 6, p. 67–92, 2011.

PINHO, José Antonio Gomes de; SACRAMENTO, Ana Rita Silva. Accountability: já podemos traduzi-la para o português? **Revista de Administração Pública**, v. 43, n. 6, p. 1343–1368, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rap/a/x8764T387x8764T387/>>.

PRZEWORSKI, Adam. Self-sustaining democracy. In: WITTMAN, Donald; WEINGAST, Barry (Ed.). **The Oxford Handbook of Political Economy**. New York: Oxford University Press, 2006.

REIS, Fábio Wanderley. Cidadania democrática, corporativismo e política social no Brasil. In: **Mercado e Utopia**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. p. 359–386. ISBN 978-85-99662-79-3. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/v7ywf/pdf/reis-9788599662793-13.pdf>>.

RENNÓ, Lucio Remuzat. O dilema do rico: número de candidatos, identificação partidária e accountability nas eleições para a câmara dos deputados. In: RENNÓ, Lucio Remuzat; SOARES, Gláucio Ary Dillon (Ed.). **Reforma política: lições da história recente**. São Paulo: Editora FGV, 2006.

ROBL FILHO, Ilton Norberto. **Conselho Nacional de Justiça: Estado Democrático de Direito e Accountability**. São Paulo: Saraiva, 2013.

SAMUELS, David. A evolução do petismo (2002/2008). **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 2, p. 302–318, 2008.